



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

**PARECER JURÍDICO Nº 36/2023**

**ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2023**

1º ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE PREÇO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA – SERGIPE.

**ANÁLISE JURÍDICA:**

Vem a exame desta Assessoria Jurídica o 1º Termo Aditivo ao contrato nº 08/2023, que trata de contratação e empresa licença de uso mensal de software de apoio e gestão pública com os respectivos serviços de instalação, implantação, migração de dados com garantia, suporte técnico e treinamento para atender as necessidades da Câmara Municipal de Nossa Senhora Aparecida/SE.

O art. 65 da lei nº 8.666/93, com base na Constituição Federal, art. 167, II, § 1, estabeleceu as possibilidades e regras de alteração dos contratos administrativos.

Art. 65 – Os Contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

CMNSA  
II – por acordo das partes:  
(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Em referência ao aditivo de prazo, estabelece o art. 57, II da lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA**

De uma análise acurada dos documentos apresentados, verifica-se a motivação suficiente a ensejar a subscrição do aditivo contratual para prorrogar prazo e reajuste de preço, razão pela qual, ante a possibilidade jurídica, manifesta esta assessoria pela legalidade do procedimento em espécie.

Diante do exposto, do ponto de vista estritamente jurídico, esta Assessoria Jurídica, manifesta-se pela possibilidade legalidade do procedimento referente ao termo aditivo ao contrato inicialmente citado, com as ressalvas que devem ser mantidas as condições do contrato originário.

É o Parecer, salvo melhor Juízo.

Nossa Senhora Aparecida /SE, 29 de dezembro de 2023

**JOÃO BOSCO FREITAS LIMA**  
**LIMA & FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**ADVOGADO - OAB/SE. 2927**

**CMNSA**